

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.615.528 - SP (2019/0333798-5)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : SERGIO APARECIDO CAMPI
ADVOGADO : PAULO SÉRGIO DETONI LOPES - SP069558
AGRAVANTE : CLAUDIO ROBERTO MEDEIROS ASTOLPHE
ADVOGADO : OVÍDIO ROCHA BARROS SANDOVAL - SP015542
AGRAVADO : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA - SP018425
RAFAEL BARROSO FONTELLES - SP327331
RENATO FAIG TORRES PINTO DA ROCHA - RJ170097
ANA CAROLINA DE PINHO DE IPANEMA MOREIRA - RJ182998
INTERES. : OLMA S/A ÓLEOS VEGETAIS - MASSA FALIDA
ADVOGADO : SÉRGIO APARECIDO CAMPI - SP028789
INTERES. : DIMER PIOVEZAN
ADVOGADO : STELLA STORAI DE ABREU - SP410025
INTERES. : MARILUCIA DE MATTOS PIOVEZAN
INTERES. : LEONARDO DE MATTOS PIOVEZAN
INTERES. : MAURÍCIO DE MATTOS PIOVEZAN
ADVOGADO : LUCIANA DE MATTOS PIOVEZAN (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP125781
INTERES. : LUCIANA DE MATTOS PIOVEZAN
ADVOGADO : ARMANDO FRANCISCO ALVES DOS REIS NETO - SP116249
INTERES. : PAULO SERGIO DE ALMEIDA
ADVOGADO : PAULO SÉRGIO DETONI LOPES - SP069558
INTERES. : ROBERTO GABRIEL CLARO
ADVOGADO : ROBERTO GABRIEL CLARO (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP041025

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por CLAUDIO ROBERTO MEDEIROS ASTOLPHE contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

Ação rescisória de sentença. Pedido de indeferimento da inicial e extinção por falta de interesse de agir. Descabimento. Alegação de ilegitimidade dos corréus que atuaram como advogados dos executados nos autos de origem. Inadmissibilidade. Preliminares rejeitadas. Extinção da execução por abandono de causa. Decisão fundada em erro de fato. Andamento do feito providenciado pela instituição financeira. Petição extraviada. Fixação da verba honorária após a prolação da sentença e em valor exorbitante. Violação literal ao artigo 20, 4º do CPC/73. Procedência do pedido com a rescisão da sentença.

Nas razões do especial, aponta o agravante existência de dissídio jurisprudencial, além de violação dos artigos 428, 429 e 966 do Código de Processo Civil. Defende o não cabimento de ação rescisória em que se alega erro de fato ou ataca o valor dos honorários de sucumbência contra sentença que extinguiu o feito por abandono da causa, haja vista não se tratar de sentença de mérito.

Afirma que o documento que serviu de suporte para a parte adversa ajuizar ação rescisória já não detinha fé pública, bem como não houve demonstração nos autos do fato referido naquela prova.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

De início, quanto à perda da eficácia da força probante da certidão exarada pelo escrivão do Foro Regional de Pinheiros, verifico que não houve debate na origem sobre o ponto, não servindo de fundamento a conclusão adotada pelo Tribunal estadual, estando ausente o requisito indispensável do prequestionamento, exigido, inclusive, para as matérias de ordem pública. Incidem, na hipótese, as Súmulas n. 282 e 356 do STF.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APONTADA OMISSÃO DO ACÓRDÃO EMBARGADO. VERIFICADA FALTA DE APRECIAÇÃO DA ALEGAÇÃO RELATIVA AO EFEITO TRANSLATIVO DO RECURSO ESPECIAL. COISA JULGADA. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. NECESSIDADE DE PREQUESTIONAMENTO.

1. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que, na instância especial, é vedado o exame ex officio de questão não debatida na origem, ainda que se trate de matéria de ordem pública.

2. Não tendo sido discutida nas instâncias ordinárias a questão da prescrição, é inviável sua apreciação nesta instância. Incidem no caso as Súmulas 282 e 356/STF.

3. Embargos de declaração parcialmente acolhidos.

(EDcl no AgRg no REsp 948.003/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 3/12/2013)

Registro, ademais, que a ocorrência do prequestionamento ficto, nos termos do art. 1.025 do CPC/2015, exige que a parte recorrente tenha indicado também a violação ao art. 1.022 do CPC/2015, para que se possibilite ao órgão julgador verificar a

existência do vício inquinado ao acórdão, o que não ocorreu no presente caso.

Quanto aos outros pontos, o Tribunal de origem aplicou o juízo rescindendo ao reconhecer a violação ao regramento legal na fixação dos honorários sucumbenciais, bem como o erro de fato em que se apoiou a prestação jurisdicional, como se colhe dos seguintes trechos (fls. 1.1918-1.922, e-STJ):

Primeiramente, não há que se falar em extinção da ação rescisória pelo fato de não ter havido resolução do mérito na sentença dos autos de origem, pois cabível a referida ação para discutir o arbitramento de verba honorária em montante excessivo. (...)

Quanto ao mérito, a ação rescisória comporta provimento.

Nos termos do artigo 966, inciso VIII, do Novo Código de Processo Civil a decisão pode ser rescindida quando "*fundada em erro de fato verificável do exame dos autos*". Tal situação se verifica no presente caso, conforme será posteriormente demonstrado. (...)

Entretanto, diferente do entendimento adotado na r. sentença, o autor não se quedou inerte em relação à providência para dar andamento ao feito, mas sim, protocolizou petição requerendo a suspensão da execução, a qual não foi juntada aos autos, pois foi extraviciada.

Para comprovar o cumprimento da determinação judicial o autor apresentou a cópia de mencionada petição, na qual consta o protocolo com data de 03.10.14 (fls.71/73) e, apesar, dos réus questionarem a autenticidade de tal documento, vez que se cuida de cópia e não está assinada, a validade do protocolo foi comprovada pela certidão exarada pelo Escrivão do Foro Regional de Pinheiros, (...)

Assim, evidente que a r. sentença foi fundada em erro de fato, na medida em que reconheceu abandono que não existiu. Ressalte-se que a parte não pode ser prejudicada por extravio de petição ao qual não deu causa. (...)

Aliás, também cabe aqui observar que a fixação da verba honorária na execução, com base no valor da causa, não observou o previsto no artigo 20, §4º do Código de Processo Civil/73, segundo o qual: "*nas causas de pequeno valor, nas causas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior*". No presente caso, o arbitramento dos honorários com base no valor da causa acarretou condenação em montante exorbitante.

A rescisão, neste caso, também caberia por violação literal de dispositivo de Lei, conforme já decidido pelo STJ:

Verifico que a conclusão da origem está em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior, segundo a qual *"Embora não caiba ação rescisória para discutir exclusivamente a irrisoriedade ou a exorbitância dos honorários advocatícios, tem ela cabimento para discutir o regramento objetivo da fixação da verba honorária, notadamente quando o acórdão rescindendo indevidamente aplica os limites percentuais do art. 20, § 3º, do CPC, ao § 4º, do mesmo artigo"* (AgRg no AREsp 525.066/CE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 25/9/2015).

Vejam-se:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CPC/1973. AÇÃO RESCISÓRIA. SEGURO HABITACIONAL. INDEFERIMENTO DO PEDIDO PELA SEGURADORA. COMPROVAÇÃO DA CIÊNCIA DO SEGURADO. FATO INEXISTENTE. PERCEPÇÃO EQUIVOCADA DO JUÍZO. ERRO DE FATO. OCORRÊNCIA. PROCEDÊNCIA DA RESCISÓRIA. JULGADOS DESTA CORTE SUPERIOR EM CASOS ANÁLOGOS.

1. Controvérsia acerca da rescisão de uma sentença em que o juízo de origem computou o prazo prescricional a partir de notificação dirigida ao gerente da agência bancária que intermediou o contrato, em vez de ser dirigida ao segurado.
2. Nos termos do art. 485, §§ 1º e 2º, do CPC/1973, há erro de fato "quando a sentença admitir um fato inexistente, ou quando considerar inexistente um fato efetivamente ocorrido", sendo indispensável "que não tenha havido controvérsia, nem pronunciamento judicial sobre o fato".
3. Caso concreto em que a sentença rescindenda se fundou em fato inexistente (ciência do segurado acerca da negativa de cobertura), quando, na verdade, a notificação sobre a negativa de cobertura havia sido dirigida ao gerente da agência bancária, não ao segurado.
4. Inviabilidade de se contrastar o quadro fático delineado pelo Tribunal 'a quo', razão do óbice da Súmula 7/STJ.
5. Procedência da ação rescisória mantida, na linha da jurisprudência desta Corte Superior.
6. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt no REsp 1607455/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 21/3/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO RESCISÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA PARTE AUTORA.

1. Nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, a rescisão de julgamento fundada em erro de fato pressupõe a demonstração de que a decisão admitiu fato inexistente ou tenha considerado inexistente um fato efetivamente ocorrido, sendo indispensável, tanto em um como em outro caso, que não tenha havido controvérsia, nem pronunciamento judicial sobre o fato, pois, caso contrário, a discussão versará sobre erro de julgamento, discussão estranha à ação rescisória, que não pode ser utilizada como sucedâneo recursal. Precedentes. 1.1. A revisão do aresto impugnado no sentido pretendido pela recorrente exigiria derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias, providência vedada nessa instância especial. Incidência das Súmulas 83/STJ e 7/STJ.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1267737/GO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 13/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. ACÓRDÃO RESCINDENDO FUNDADO EM ERRO DE FATO (CONSIDEROU-SE INTEMPESTIVO RECURSO PROTOCOLIZADO EM COMARCA DO INTERIOR OPORTUNAMENTE). CORREÇÃO DO ERRO PELA VIA RESCISÓRIA. VIABILIDADE. INTERPRETAÇÃO DO ART. 485, IX DO CPC.

1. Há de ser reformado acórdão que entendeu não ser cabível a via rescisória com intuito de desconstituir julgado que não apreciou o mérito da demanda (apenas declarou a intempestividade do agravo de instrumento interposto). Porquanto o acórdão rescindendo não tenha enfrentado o mérito, consoante pressupõe o caput do art. 485 do CPC, o seu inciso IX admite a rescisória fundada em erro de fato.

2. O erro constatado traduz-se no fato de que o recurso foi tempestivamente protocolizado em comarca do interior, mas tido como extemporâneo porque considerada a data constante da chancela do protocolo de segunda instância.

3. A melhor exegese a ser emprestada ao dispositivo legal em

análise (art. 485, IX do CPC) é o de se reconhecer como erro de fato a informação equivocada sobre a tempestividade de peça processual, como ocorreu no presente caso. Esse atuar conforta a pretensão da recorrente, autorizando a correção do erro mediante o prosseguimento da rescisória.

4. Se de um lado é dever do advogado ser diligente, protocolizando oportunamente suas peças processuais, do outro é obrigação do julgador, na sua missão constitucional de dizer o direito ao caso concreto, utilizar-se de critérios conducentes à decisão mais justa possível, proporcionando ao jurisdicionado a certeza de que a tutela foi efetivamente prestada.

5. Recurso especial provido.

(REsp 562.334/SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, DJ 31/5/2004)

Diante do contexto fático delineado no acórdão estadual, rever tais premissas lançadas no acórdão atacado esbarraria no óbice da Súmula nº 7, desta Corte Superior.

A incidência, da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual o Tribunal de origem deu solução à causa.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora